

2. Avaliação do PRODETUR NE I

Introdução

Este capítulo é uma avaliação dos impactos das ações do PRODETUR NE I no Pólo Litoral Sul. Para esta avaliação, foram retomados os objetivos originais desse programa, compreendendo o contexto no qual estava inserido. Também foram identificadas as intervenções realizadas no Pólo com recursos do PRODETUR NE I. Ao final, são apresentados os resultados destas ações, em indicadores que representam a evolução do turismo no Pólo.

Cada ação implementada com os recursos do Programa foi descrita e seus impactos (positivos e negativos) demonstrados, ação a ação. Com isso, procurou-se esclarecer de que maneira as ações do PRODETUR influenciaram a evolução dos indicadores apresentados ao final do capítulo.

Sabe-se que não é possível isolar os efeitos e impactos exclusivos do programa, dadas as inúmeras variáveis que influenciaram o desenvolvimento da economia e do turismo nos últimos anos. Dentre estas variáveis estão, por exemplo, intervenções realizadas pelo Governo do Estado com fontes de recursos alternativas. Assim, considerou-se válido recuperar os demais investimentos públicos na região (com recursos não oriundos do PRODETUR). Acredita-se, sob esse enfoque, que os resultados obtidos foram, principalmente, oriundos de ações múltiplas e consequência de condições macroeconômicas favoráveis.

PRODETUR NE I

Contexto

“O Contrato de Empréstimo para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste foi firmado entre o BID e o Banco do Nordeste no dia 12 de dezembro de 1994. Este contrato foi pioneiro, caracterizando-se como um Programa Global de Investimentos Múltiplos de iniciativa regional, com execução descentralizada, sem participação da União.

(...) O Programa, até o primeiro semestre de 1996, vinha encontrando dificuldades de ordem financeira para apresentação de projetos técnicos por parte dos estados. A partir de Agosto de 1996, quando se integrou ao elenco de projetos prioritários do Governo Federal, ganha novo dinamismo, impulsionado também pela participação do BNDES, aportando recursos para a contrapartida dos estados e municípios.

O Programa sofreu ainda alterações importantes que possibilitam maior agilidade nas operações de crédito, como a criação de categorias para o financiamento de projetos.

Estas ações foram eficazes para a performance do PRODETUR/NE que conseguiu superar obstáculos, financiando o equivalente a 200 projetos concluídos até o momento [agosto/2001], estando atualmente na sua fase de conclusão”¹

Objetivos

“O objetivo do Programa foi reforçar a capacidade da Região Nordeste em sustentar o crescimento do setor turístico, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Para atingir tal objetivo, o programa deveria proporcionar infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas onde já existia uma atividade turística crescente, onde o setor público não conseguisse acompanhar o incremento da demanda. Esperava-se que tais investimentos beneficiassem amplamente a população de baixa renda, além de alavancar investimentos de grupos privados no setor turismo.

O PRODETUR Nordeste teve, sem dúvida, um relevante impacto na melhoria da infra-estrutura básica dos estados, notadamente quanto às condições de saneamento básico e transportes, este último rodoviário e aéreo.”²

Intervenções Concluídas e em Andamento

O PRODETUR NE, em sua primeira fase, investiu US\$ 231,3 milhões no Estado da Bahia, com previsão de conclusão de todos os projetos em dezembro de 2004. A maioria dos investimentos, porém, já estavam concluídos em 2002. Deste montante, o Pólo Litoral Sul recebeu cerca de US\$ 24 milhões, sendo que a pavimentação da Rodovia BA-001 Ilhéus-Itacaré foi a obra que consumiu mais recursos: US\$ 18 milhões, ou 75,5% do total já investido neste Pólo. As intervenções com recursos do PRODETUR NE I realizadas no Pólo Litoral Sul estão listadas na Tabela 2.1:

¹ WHITTING, Sandra S. e FARIA, Diomira Maria Cicci P. “Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR I”. BID, agosto de 2001.

² *Idem.*

Tabela 2.1 – Investimentos do PRODETUR NE I no Pólo Litoral Sul, por ZT

Zona Turística	Intervenção	Município(s)	Investimento (US\$ mil)		Início	Conclusão	% sobre Total
			Previsto (1997)	Realizado			
Costa do Dendê US\$ 3,1 milhões (13%)	Acesso Aeroporto de Valença / Atracadouro de Bom Jardim	Valença	2.500	3.046	dez/97	ago/99	12,7%
	APA's Pratigi e Maráu	Ituberá, Igrapiúna, Nilo Peçanha, Maráu	77	91	fev/99	jul/00	0,4%
Costa do Cacau US\$ 20,8 milhões (87%)	Rodovia Ilhéus / Itacaré	Ilhéus, Uruçuca e Itacaré	15.718	18.058	dez/96	mai/98	75,5%
	APA's Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e Parque do Conduru	Uruçuca, Itacaré, Ilhéus	4.400	1.118	dez/98	dez/03	4,7%
	Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré*	Itacaré	2.423	1.600**	nov/03	dez/04**	6,7%
Total Pólo Litoral Sul			25.118	23.913			100,0%

* Em andamento

** Previsão

Fonte: SUINVEST - Fev/2004

O único investimento ainda em andamento no Pólo é o Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré. O valor total contratado é de US\$1,6 milhão. Entretanto, é de se esperar que este valor apresente variações até a conclusão do projeto. Esta intervenção soma recursos provindos do PRODETUR NE I (cerca de 50% do investimento), do PRODUR (Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana) e da Prefeitura Municipal de Itacaré. O valor mostrado na tabela considera o total de investimento, e não apenas a parcela financiada pelo PRODETUR.

Os investimentos do PRODETUR NE I na Costa do Cacau foram concentrados na ligação viária entre as cidades de Ilhéus e Itacaré, com a pavimentação da BA-001 neste trecho. Junto a esse investimento de infra-estrutura, o PRODETUR NE I financiou estudos e ações para a implementação das Áreas de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e de Itacaré-Serra Grande, e do Parque Estadual da Serra do Conduru, comentados na seqüência do capítulo.

Na Costa do Dendê, os investimentos foram essencialmente direcionados à ligação viária entre o Aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo do Bom Jardim, complementando investimentos do Governo da Bahia. Em paralelo, o PRODETUR financiou estudos e ações para a implementação das Áreas de Proteção Ambiental do Pratigi e de Maráu, também comentados no tópico seguinte.

De todos os investimentos programados para o PRODETUR NE I, as ações relacionadas a seguir foram realizadas com os recursos de outras fontes captadas pelo Estado. São elas:

- Aterro Sanitário Ilhéus/Olivença: realizados US\$ 174 mil, previstos US\$ 2.000 mil. No item resíduos sólidos, em Ilhéus/Olivença, só foi executado o aterro sanitário, havendo ainda a necessidade da implantação do PDLU.
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Morro de São Paulo: realizados US\$ 1.254 mil, previstos US\$ 868 mil.

A implantação de ações previstas pelo Programa, mesmo com recursos fora do âmbito do mesmo, demonstra o esforço do Estado na implementação e complementação do PRODETUR na Bahia.

Além disso, existem ações da primeira etapa do Programa que não puderam ser realizadas e que estão sendo pleiteadas no PRODETUR NE II na categoria de “ações a completar”, são elas:

- SES Pontal – Ilhéus;
- SES Olivença;
- SES Serra Grande;
- SES Taboquinhas;
- SAA Serra Grande;
- SAA Olivença;
- SAA Taboquinhas;
- Urbanização de Morro de São Paulo;
- Sistema Viário Morro de São Paulo / Gamboa / Garapuá;
- Rodovia Itacaré / Camamu;
- Resíduos Sólidos Itacaré / Serra Grande;
- Resíduos Sólidos Morro de São Paulo / Cairu / Valença.

A seguir, cada ação realizada no PRODETUR NE I é detalhada, sendo abordados seus aspectos intrínsecos, sua finalidade e os impactos resultantes, conforme a Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Impactos dos Investimentos do PRODETUR I no Pólo Litoral Sul

Intervenções	Município(s)	Impacto ambiental (positivo/negativo)	Impacto sócio-cultural	1. Beneficiários / 2. Atingidos
1. Rodovia Ilhéus Itacaré	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré (atinge Itabuna, Maraú, Camamu, Ubaitaba e Aurelino Leal).	A pavimentação de 65 Km trouxe impactos diretos e indiretos para uma extensa região de 100 mil hectares. Por outro lado, medidas de compensação ambiental, como a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru e a implementação das APAs, diminuiram a degradação ambiental na região.	Mudanças significativas na economia e cultura de Serra Grande e Itacaré, potencializando o turismo empresarial associado ao turismo de natureza. Marginalidade de segmentos tradicionais populares de Itacaré e Serra Grande.	1. Agricultores, moradores, investidores imobiliários, empresários de turismo e serviços associados, mão de obra local. 2. Comunidades tradicionais e moradores de Itacaré (pescadores artesanais, posseiros), incluindo suas representações políticas.
2. Acesso entre Aeroporto Valença- Terminal Marítimo Bom Jardim	Valença (atinge Cairu, nos distritos de Gamboa do Morro e Morro de São Paulo).	Vizinho a Área de Proteção Ambiental do Guaibim, causou impacto negativo sobre restingas e campos naturais.	Baixo, em curto prazo. Médio a alto, a longo prazo.	1. Hotelaria, transporte marítimo, estiva, empresários do comércio local, prefeitura. 2. não identificados.
3. Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré	Itacaré (atinge Ilhéus e Uruçuca).	Visa obter amplo impacto ambiental e social positivo.	Potencial para melhoria na qualidade de vida da população, leitura mais positiva da economia do turismo e de órgãos de governo, educação ambiental etc.	1. Desde que o sistema seja abrangente para toda a população, em tese o investimento terá e médio longo prazo benefícios a toda a população local. 2. No curto prazo, obras alteram rotina da população, afetando trânsito nas ruas, poluição do ar, riscos de saúde pública etc.
4. Parque do Conduru e Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré Serra Grande e Lagoa Encantada	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré, Itabuna, Ubaitaba e Aurelino Leal.	Estas áreas protegidas diminuíram o ritmo de desmatamentos e degradação ambiental nesta região de 100 mil hectares. Programa de reflorestamento na rodovia Ilhéus Itacaré gera renda para agricultores familiares.	Mudança na economia rural local, com punições para desmatamentos etc. Agricultores familiares diminuem renda, com queda da produção de mandioca. Surge programa sócio-ambiental que estimula conservação em imóveis rurais, o Floresta Viva.	1. Ambientalistas e investidores imobiliários e de turismo de baixa densidade são beneficiados com qualidade ambiental, e perspectivas de continuidade, na região. 2. Agricultores tradicionais, pecuaristas, posseiros no interior do Parque, investidores imobiliários e de turismo tradicionais.
5. Áreas de Proteção Ambiental de Pratigi e Maraú	Ituberá, Igrapiuna, Maraú.	Estas áreas protegidas diminuíram o ritmo de degradação ambiental na região.	Atividade extrativista de piaçava continua em Pratigi. Em Maraú comunidades de pescadores se unem a pousadeiros para frear mineração na península.	1. Ambientalistas pousadeiros, pescadores, mão de obra local. 2. Empresários de mineração, especialmente de Ilmenita.

Fonte: Pesquisa Direta

Ações de conservação, e sua manutenção, implantadas pelo PRODETUR

Os investimentos do PRODETUR NE I em Meio Ambiente foram concentrados em estudos e ações para a implementação nas APAs de Pratigi, Península de Maraú, Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada, e no Parque Estadual da Serra do Conduru. Vistas como promissoras pelo potencial turístico, estas Unidades de Conservação estão vinculadas à SEMARH/CRA e às prefeituras, sendo geridas também por instituições não governamentais, em parceria com o Governo do Estado.

APA de Pratigi

Esta APA possui uma estrutura de gestão através de um Convênio entre a SEMARH/CRA, a Prefeitura de Ituberá e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Sul da Bahia - IDES.

A Secretaria de Cultura e Turismo apoiou o IDES (Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul) na constituição de um Centro de Informações Ambientais e Turísticas, na sinalização da rodovia que dá acesso à praia de mesmo nome e na recuperação de áreas degradadas de manguezais, em decorrência de sua construção. Em paralelo, a SEMARH/CRA Centro de Recursos Ambientais estabeleceram parceria com o IDES para a implementação desta APA, com recursos de R\$ 350 mil, incluindo novos estudos que substanciassem a ampliação da sua área original, na direção oeste. Segundo o CRA, o projeto desenvolve ação

fiscalizadora visando identificar os principais fatores que prejudicam, de alguma forma, o meio ambiente e o ser humano, buscando envolver as comunidades através de atividades de educação ambiental na região. Escolas e pequenas associações são mobilizadas com a questão da preservação dos recursos naturais. O jornal APA do Pratigi – O Futuro Começa Aqui, com dois mil exemplares, é publicado periodicamente pelo IDES desde 2002.

Os trabalhos financiados pelo PRODETUR e SEMARH/CRA, aliados a outros projetos desenvolvidos pelo IDES nessa região, fizeram com que esta APA obtivesse reconhecimento estadual e nacional. O CRA reconhece esta Área Protegida como a de melhor performance entre as APAs estaduais, principalmente por conta das parcerias estabelecidas com o governo estadual e pelos projetos em execução na região.

Foram elaborados os Planos de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico da APA com o objetivo de estabelecer condições para o disciplinamento do uso turístico qualificado e propiciar a atração de investidores. Os Planos de Manejo das APA's são documentos-síntese que orientam os organismos governamentais, as organizações não-governamentais e o setor empresarial no que se refere a informações indispensáveis para a formação do produto turístico em bases sustentáveis. De modo inédito, encontram-se incorporados a esses documentos mapas de atrativos ecoturísticos, contendo informações detalhadas do potencial natural para turistas e empreendedores.

APA de Marauá

Esta Área Protegida foi criada pelo Governo Municipal de Marauá através de Lei no. 15/97, em 9 de setembro de 1997. Segundo o Instituto ECOTEMA (Instituto de Ecologia e Tecnologia do Meio Ambiente) (2000), responsável pela elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, a APA da Península de Marauá está contida em um trecho substancial de ecossistemas costeiros, compreendendo águas interiores, estuarinas e oceânicas, bem como ecossistemas fluviomarinhas e terrestres, abrangendo praias, restingas, recifes, manguezais, campos naturais e tipos florestais da Mata Atlântica.

Com recursos do PRODETUR, a Secretaria de Cultura e Turismo estabeleceu um convênio com o Instituto Ecotema, que realizou estudos setoriais, oficinas de trabalho e o zoneamento, desenvolvidos por uma equipe de consultores técnicos, no período de Fevereiro de 1999 a Fevereiro de 2000. Este trabalho gerou um Diagnóstico Ambiental e Sócio-Econômico, publicado na forma de documento escrito (incluindo mapas e CD ROM), apresentado em audiência pública na cidade de Marauá, ao final dos trabalhos.

A Península de Marauá dispõe, portanto, de um instrumento de ordenamento espacial e regulamentação de usos compatíveis com as suas características físicas e ambientais. A atividade mineral, por exemplo, é expressamente incompatível com a conservação desta península, fato expressamente indicado na legislação que a constituiu. As atividades de agricultura, turismo e pesca são tradicionais na península e, em certa medida, compatíveis com o zoneamento elaborado para a APA.

Influenciada pela relevância ambiental da península e por conta do apoio externo da Secretaria de Cultura e Turismo, o poder público municipal constituiu uma Secretaria de Meio Ambiente associada às pastas de Agricultura e Turismo. No ano de 2002, a Prefeitura

constituiu o Conselho de Meio Ambiente no município, que vem se reunindo com periodicidade mensal.

APA Itacaré-Serra Grande e APA Lagoa Encantada

Um conjunto de ações foi desenvolvido em consonância com os Planos de Manejo destas unidades de conservação, visando estimular o turismo ecológico em todas as áreas identificadas como vetores de crescimento, aliado à exploração econômica. A partir de parcerias com o SEBRAE, ILHÉUSTUR e o Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESB, a Secretaria de Cultura e Turismo tem buscado identificar produtos necessários para a dinamização destas áreas, sempre à luz do conceito de desenvolvimento sustentável.

As principais ações implementadas nestas Unidades de Conservação são:

APA Itacaré-Serra Grande

- Elaboração e edição do Plano de Manejo e Zoneamento Econômico Ecológico;
- Sinalização da Rodovia Ilhéus-Itacaré, com informações sobre os atrativos turísticos, vida silvestre e unidades de conservação, povoados, vilas etc.;
- Recuperação Paisagística e Ambiental da Rodovia Ilhéus-Itacaré, com hidro semeaduras e plantio de 60 mil árvores nas margens da rodovia;
- Elaboração e aplicação do Programa de Educação Ambiental da APA Itacaré-Serra Grande e ecoturismo (IESB):
 - Desenvolvimento de Programa Educativo com professores e alunos de escolas públicas na área da APA Itacaré-Serra Grande;
 - Criação e veiculação de Jornal Educativo para divulgação do Programa na APA Itacaré-Serra Grande;
 - Exibição de filmes educativos para a comunidade da APA através de apoio ao Projeto “Cinema na Praça”;
- Incentivo à criação do Conselho Gestor na APA Itacaré-Serra Grande;
- Recuperação de paisagens degradadas e formação de viveiro florestal da Rodovia Ilhéus-Itacaré;
- Incentivo aos assentados para plantio, manutenção e comercialização de mudas nativas, frutíferas e ornamentais;
- Incentivo aos pequenos agricultores para implantação de trilhas ecoturísticas;
- Implantação do Conselho Gestor da APA;
- Pavimentação do acesso à unidade de conservação.

APA Lagoa Encantada

- Construção de píeres de atracação;
- Construção de centro de informações turístico-ambientais;
- Elaboração e aplicação do projeto de Educação Ambiental e Ecoturismo (ABARÁ – Associação Pró-Bacia do Rio Almada);

- Visitas orientadas com alunos e professores de escolas públicas na APA Lagoa Encantada;
- Criação e veiculação de Jornal Educativo para divulgação do Programa na APA;
- Conscientização Ambiental de comunidades que vivem na região da APA;
- Incentivo à criação do Conselho Gestor na APA Lagoa Encantada;
- Incentivo à participação da comunidade na elaboração do PRUA – Plano de Referência Urbanística Ambiental da localidade de Areias;
- Qualificação dos condutores de visitantes da APA Lagoa Encantada.

Estes investimentos reiteraram os objetivos e premissas de sustentabilidade e preservação do PRODETUR, além de fazerem da Bahia um dos estados onde mais se desenvolve o ecoturismo no Brasil.

Parque Estadual da Serra do Conduru

O Parque, previsto como medida de compensação ambiental à Rodovia Ilhéus-Itacaré, foi criado com base em decreto de 21 de fevereiro de 1997. Com nove mil hectares de área, a principal justificativa para a sua criação foi a extraordinária biodiversidade presente na região, detectada por estudos da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York, em 1993, na atual Fazenda Caititu. Segundo técnicos da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, sediados na Costa do Cacau, o Governo da Bahia desapropriou 1.359 ha de um total de 8.429 ha. Até março de 2003, 22 imóveis foram adquiridos e pagos no total. Ao mesmo tempo, foram feitos investimentos em veículos (02 Toyotas e 02 motocicletas), edificação de um centro de visitantes, auditório e reforma de uma casa-sede. Houve também a construção de uma trilha interpretativa (IESB) no interior da capoeira, próxima a sede. Os estudos temáticos foram realizados por empresa de consultoria em 2001 (EMAB – Empresa de Meio Ambiente do Brasil), e no 1º semestre de 2003 estavam previstos estudos complementares para a confecção de Plano de Manejo, estes com recursos do Programa Corredor Central da Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente.

Embora importantes, os investimentos feitos pela então DDF – Diretoria de Desenvolvimento Florestal, sediado até 2002 na Secretaria de Agricultura da Bahia, foram claramente insuficientes para garantir a integridade e as funções do Parque. Esta unidade de conservação está correndo sérios riscos de degradação ambiental irreversível, haja vista uma persistente atividade madeireira clandestina, presença de caçadores locais, desmatamentos provocados por roçados e queimadas ocasionais no seu entorno.

As medidas previstas para o futuro incluem a total regularização fundiária e a confecção do Plano de Manejo, intervenções que são urgentes para assegurar as funções originais do Parque do Conduru, ao mesmo tempo em que requerem uma imediata fiscalização e controle do espaço protegido, pois se sabe que ações de desmatamento, caça e retirada de madeiras continuam a ocorrer no seu interior, conforme denúncias sistemáticas feitas pelos moradores, ambientalistas locais, imprensa e pelo IESB. A SEMARH tem dado continuidade

a essas ações de consolidação do Parque do Conduru, independentemente do PRODETUR NE II.

Impactos sócio-ambientais dos investimentos do PRODETUR I

Os investimentos de infra-estrutura realizados pelo PRODETUR no Pólo Litoral Sul se resumiram a três intervenções, a saber: o acesso entre o Aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo de Bom Jardim, a rodovia Ilhéus-Itacaré e o Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré. A seguir, cada uma dessas intervenções é analisada, levando em consideração os impactos sócio-ambientais causados nas regiões afetadas.

Acesso entre o Aeroporto de Valença e o Atracadouro de Bom Jardim

O acesso rodoviário que liga o Aeroporto de Valença ao Atracadouro Bom Jardim é um dos componentes do Sistema Intermodal que faz a ligação do Aeroporto de Valença com a Ilha de Tinharé, onde se localiza a vila de Morro de São Paulo, principal destino turístico da região, estabelecendo uma série de facilidades no deslocamento e uma substancial redução do tempo de viagem, o que, certamente, se constituirá em mais um fator de atração para os visitantes.

O plano do DERBA, ao construir o aeroporto, foi de estruturar um acesso aeroportuário para a Costa do Dendê, permitindo o acesso aos municípios de Valença e Cairu através de vôos charters internacionais. Embora esta obra tenha sido demandada por lideranças políticas locais, até o momento o aeroporto possui grande ociosidade. O Aeroporto de Salvador é ainda o portão de entrada de grupos de turistas para esta ilha, que da capital baiana dispõem de transporte marítimo de boa qualidade, através de lanchas rápidas, com viagens de até 1:30h, ou mesmo de táxi aéreo, até o pequeno aeroporto privado na terceira praia do Morro de São Paulo.

O impacto direto desta obra sobre o trecho preservado da Ponta do Curral, atualmente inserida em Área de Proteção Ambiental do Guaibim, afetou principalmente remanescentes de restinga e campos naturais, ecossistemas associados à Mata Atlântica. A pavimentação foi feita em traçado que minimizou impactos nos mais altos remanescentes de restinga, seguindo estudos prévios da Licença Ambiental e de retificações posteriores. Em que pese estes cuidados e a ampliação da APA, incorporando a porção oeste da Costa do Curral (ver comentários sobre a APA do Guaibim, no tópico de Áreas Protegidas), os riscos futuros de uma ampliação da cidade para esta localidade, estimulada por novos loteamentos e serviços portuários, são evidentes. Cerca de cinco mil hectares são afetados por estas obras, justificando cuidados para a conservação desta região através da agenda ambiental do PRODETUR NE II, principalmente para a implementação da APA do Guaibim.

Os impactos sócio-culturais devem ocorrer no médio-longo prazo, com o gradual incremento na utilização desta estrutura. Como esclarecido acima, a intervenção deve atrair uma quantidade maior de turistas, gerando maiores quantidades de resíduos sólidos e efluentes. A capacidade hoteleira da região suporta algum aumento no número de turistas, mas se faz necessário um estudo acerca da capacidade de carga, principalmente na Ilha de Tinharé, para que se conserve a integridade do meio ambiente no local. Este estudo sobre a

capacidade de carga pode estar incluído nos Planos Diretores dos municípios atingidos/beneficiados pela intervenção.

As considerações sobre o pequeno efeito do Terminal Marítimo e do Aeroporto no transporte de turistas e moradores para as Vilas de Morro de São Paulo e Gamboa do Morro indicam o quanto esses investimentos públicos pouco afetaram a dinâmica local e a vida das populações tradicionais. Mesmo com a ausência de efeitos significativos até aqui, uma ativação deste sistema viário, inclusive potencializando negócios imobiliários e turísticos na Ponta do Curral, podem afetar uma pesca tradicional e secular de canoas de batelão no estuário do Una. Os pescadores têm utilizado este trecho do estuário para o pouso e espera de momentos oportunos para a entrada e saída no canal do Rio Una. A promoção do turismo na Ponta do Curral deve levar em conta, portanto, a atividade pesqueira artesanal, integrando-a ao consumo de pescado da hotelaria e restaurantes, mantendo espaços próprios para os pescadores continuarem seu descanso e convivência, na porção interior da península.

As obras mencionadas tendem a gerar impactos futuros sobre o Arquipélago de Tinharé-Boipeba, atraindo novos investimentos privados no interior e litoral das ilhas. O risco de médios e grandes investimentos sobre espaços naturais da APA requer, portanto, uma melhoria da gestão dessa área protegida, atualmente desprovida de administração e qualquer trabalho de fiscalização sistemático. Cabe esclarecer que a SEMARH tem desenvolvido esforços no sentido de melhorar o sistema de gestão das APAs no Estado como um todo.

Rodovia Ilhéus-Itacaré

A sua pavimentação entre dezembro de 1996 e maio de 1998 atingiu 65 km entre as duas cidades, tendo o distrito de Serra Grande e algumas vilas de pescadores, como a Ponta da Tulha, Mamoan e Ponta do Ramo, como núcleos habitacionais ao longo do percurso. A população diretamente beneficiada com esta rodovia envolve cerca de 30 mil habitantes, tanto na zona rural quanto urbana, envolvendo os municípios de Itabuna, Ilhéus, Uruçuca, Itacaré e Marará.

O trajeto foi reduzido de 3 a 4 horas para 50 minutos/1 hora. O custo da viagem reduziu-se drasticamente, e muitos investimentos e construções foram feitas a partir da inauguração da rodovia. O número de hotéis e pousadas em toda a região aumentou consideravelmente, segundo dados da Bahiatursa e de empresários e lideranças locais. O número de leitos está próximo de cinco mil, e os restaurantes, cerca de 30 ao longo da estrada e na cidade de Itacaré, estimulam a economia rural regional e local, com a compra de hortaliças, frutas, carnes diversas, pescado, marisco, bebidas e equipamentos; e impulsionam o mercado e a arrecadação de tributos, mesmo havendo evasão de divisas pela informalidade da economia local. Dados não oficiais da prefeitura de Itacaré estimam que cerca de mil pessoas trabalham com o turismo na cidade, nas mais diversas atividades, multiplicadas em número e variedade desde 1996. Guias, fotógrafos, cozinheiros, pedreiros e ajudantes, carpinteiros, pintores, garçons e garçonetes, comerciantes, *bartenders*, instrutores de esportes radicais, entre outras funções foram surgindo com esta atividade.

Ao mesmo tempo, a prostituição, drogas e o tráfico, violência e criminalidade cresceram intensamente na cidade e na vila de Serra Grande. Com o crescimento das oportunidades de trabalho, aumentaram as demandas por habitação na periferia de Itacaré. Favelas surgiram e/ou cresceram, como a de Santo Antônio, na entrada da cidade. Áreas particulares foram invadidas e degradadas em 2001.

A área degradada diretamente com a pavimentação da BA-001, segundo estimativas do IESB (no Projeto de Revegetação das margens degradadas na Rodovia Ilhéus-Itacaré, 2001) chega a 70 hectares, incluindo jazidas, áreas de empréstimo lateral às margens da estrada, aterros e “bota foras”. Indiretamente, a pavimentação estimulou a construção civil ao longo da rodovia, principalmente entre Ilhéus e Serra Grande, e na cidade de Itacaré. Além do impacto direto das construções sobre o espaço natural, com impermeabilização, alteração visual da paisagem, interrupção de trânsito de fauna e desbaste de vegetação no local das construções, as demandas por madeira nativa aumentaram muito, além de material arenoso, que por conta da informalidade e padrão de extrativismo local, geram forte pressão ambiental em toda a região. Um exemplo está na Ponta da Tulha, com grande área de jazida exposta a processo erosivo. A atividade madeireira também continua ativa na região, principalmente com a demanda da construção civil, citada antes, em que pese a diminuição do comércio de madeira para outras regiões da Bahia e Brasil, muito comum até 1997.

A construção da rodovia foi o principal fator de desenvolvimento não só para o município de Itacaré como destinação turística, mas para o ecoturismo como um todo no Pólo Litoral Sul. A emergência de um destino como Itacaré em meados da década de 90 (década na qual ocorreu a Eco 92) colocou a Bahia em posição de destaque na atividade de ecoturismo no Brasil. Atualmente, a rodovia é classificada como estrada ecológica, dadas suas características de preservação ambiental (passagens aéreas de animais silvestres, definição do traçado, sinalização ecoturística etc.) e vem sendo determinante para o desenvolvimento e interligação do turismo entre Ilhéus (portão de entrada do pólo para os turistas que utilizam a via aérea) e Itacaré. A rodovia promove a integração da região, estimulando não somente o turismo de sol e praia, mas sobretudo a expansão do ecoturismo em todo o Litoral Sul, além de contribuir para o escoamento da produção da região, encurtando caminhos e facilitando as atividades de pressão pela conservação da Mata Atlântica.

Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré

Este investimento está em andamento, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2004. A demanda pelo sistema esgotamento sanitário é muito grande junto a todos os segmentos sociais e econômicos de Itacaré, sendo motivo de recomendações da sociedade civil presente na cidade, como o Boto Negro e o IESB.

Duas preocupações se destacaram ao longo do processo de planejamento do sistema: a dimensão do mesmo, de modo que contemplasse toda a cidade atual, e também áreas de expansão urbana em zonas de ocupação popular, como também o sistema proposto para captação dos efluentes das casas. Este último, que está relacionado com o primeiro, determinará a abrangência e integração da rede coletora. Em geral um investimento desta

natureza é conduzido com base em um termo de referência, que pelas suas premissas definem o perfil das obras e os limites das ações do empreiteiro.

É notório que uma obra desta natureza, feita de forma adequada, traz impactos ambientais, sociais e econômicos positivos, no médio e longo prazo, desde que envolva custos adequados para a dimensão e requerimentos técnicos pelas características de relevo, costumes e padrões arquitetônicos locais.

No curto prazo, porém, a obra gera impactos negativos para os moradores, na medida em que são alterados os traçados das vias urbanas, exala-se cheiro desagradável, além da potencial exposição da população a doenças. Em função desses impactos, fazem-se necessários programas de comunicação junto à população, dando informações sobre prazos e ações a serem desenvolvidas ao longo da obra, compartilhadas com um grupo de acompanhamento local. Essas ações são de responsabilidade da empresa executora da obra.

Outros Investimentos do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul

Os investimentos públicos realizados e em execução pelo Governo do Estado da Bahia no Pólo entre 1991 e 2001 somaram quase US\$ 180 milhões. Descontando os recursos do PRODETUR, no total de US\$ 24 milhões, o montante investido pelo Estado foi de aproximadamente US\$ 156 milhões, com recursos próprios e de outras fontes captadas. Dentro do montante investido na região, os recursos do PRODETUR NE I representam cerca de 13,3%.

A Tabela 2.3 resume os investimentos realizados pelo Governo do Estado por setores, nas duas Zonas Turísticas do Pólo:

Tabela 2.3 – Investimentos concluídos e em execução do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul – 1991-2001 (em US\$ Mil)

Setor	Costa do Cacau	Costa do Dendê	PLS	% Total
Energia Elétrica	4.782	11.650	16.432	9%
Outros	11.923	67	11.990	7%
Preservação Ambiental	5.345	91	5.436	3%
Patrimônio Histórico	350	469	819	0%
Saneamento	54.560	3.145	57.705	32%
Aeroportos	1.260	4.165	5.425	3%
Transportes	33.527	47.690	81.217	45%
Total	111.747	67.277	179.024	100%

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

A maior parte dos recursos investidos no Pólo Litoral Sul foi em transportes, e inclui o investimento já citado na rodovia Ilhéus-Itacaré. Houve também investimento significativo em aeroportos, tanto na construção do de Valença como na melhoria do de Ilhéus. Os investimentos em transporte e aeroporto, ambos visando solucionar a acessibilidade dentro e fora do pólo, somam quase 50% do total investido em dez anos.

Aqui se percebem os esforços no **estabelecimento e implantação do Pólo Litoral Sul** como destinação turística, com ênfase no transporte (que, na época, era o principal fator de entrave) e no saneamento de áreas turísticas. A concentração dos esforços nessas áreas gerou boas taxas de crescimento em vários indicadores, conforme se verá a seguir.

Impactos na Atividade Turística

Como visto, os resultados positivos oriundos do desenvolvimento da atividade turística no Pólo Litoral Sul são efeito de uma série de variáveis. De tal modo que não é possível dimensionar qual é a representatividade isolada do PRODETUR NE I nos resultados observados. Os impactos diretos de cada ação no local em que foram implementadas foram apresentados acima, juntamente com suas descrições. O cruzamento dos grandes resultados obtidos no Pólo com os impactos de cada ação certamente não deixará dúvida sobre a influência do programa no incremento dos indicadores apresentados.

É notória, por exemplo, a influência da Rodovia Ilhéus-Itacaré sobre todos os resultados apresentados pela atividade turística em Itacaré. Sem a rodovia, provavelmente uma pequena fração do desempenho teria sido verificada. Outro exemplo é a implementação da APA Itacaré-Serra Grande. Sem esse investimento em conservação ambiental, provavelmente os investidores privados não teriam tamanha confiança em investir na região, não gerando resultados positivos como a sofisticação crescente dos investimentos hoteleiros no Pólo.

A repercussão das ações financiadas pelo PRODETUR NE I definiram o cenário do turismo no Pólo Litoral Sul entre 2000 e 2002, isto é, cerca de 2 anos após a implantação das mesmas, que ocorreu principalmente entre 1998 e 2000 (apesar de ainda existirem ações em andamento até os dias de hoje).

Esse período (2000-2002) foi de grandes turbulências na conjuntura interna e externa, com fenômenos como os atentados terroristas nos Estados Unidos, a crise institucional e econômica da Argentina e o baixo crescimento econômico no Brasil e em outros importantes mercados emissores. Esse contexto, extremamente desfavorável, gerou impactos negativos na atividade turística nacional e internacional. É possível, portanto, que os impactos positivos decorrentes dos investimentos do PRODETUR NE I no Pólo tenham sido diminuídos durante esse período. Ainda assim, como se poderá observar a seguir, todos os indicadores apresentaram grande incremento.

A seguir são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento da atividade turística, sintetizando os avanços do setor turístico identificados no Pólo Litoral Sul.

Evolução do Fluxo Turístico – Ilhéus, Valença e Morro de São Paulo

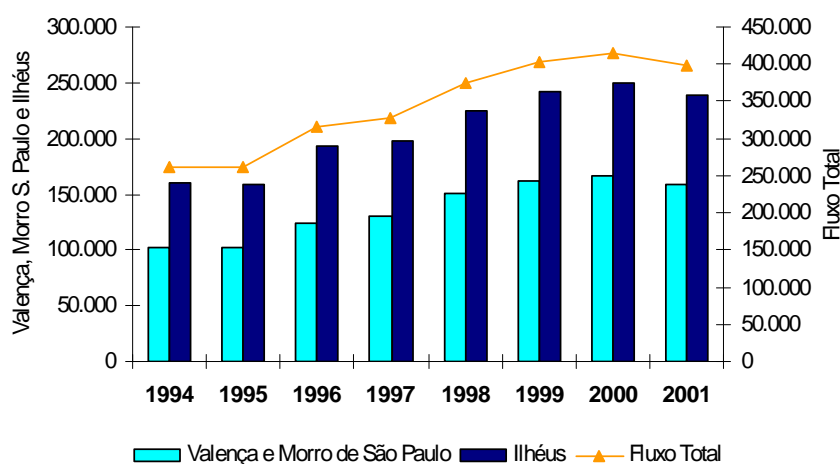
O número de turistas no Pólo Litoral Sul vem apresentando crescimento a taxas consideráveis. A única queda observada no período 1994-2001 é no último ano, caindo 4,3% em relação ao ano anterior. Apesar do momento econômico pelo qual o país passou entre 1998 e 1999, quando a taxa de crescimento real do PIB foi de 0,13%, o turismo no Pólo

Litoral Sul apresentou um crescimento de mais de 7,5%, contrariando a tendência do turismo no Brasil e mesmo em outras regiões da Bahia.

Em 1999 e 2000, diversos fatores operaram para que houvesse uma franca recuperação do fluxo turístico no país, com destaque para a aceleração do ritmo de crescimento econômico do país, especialmente em 2000 (4,36% de crescimento real do PIB), e para a desvalorização do real em 1999. Como resultado, muitos brasileiros deram prioridade às viagens domésticas, que tiveram um considerável incremento no período. O Pólo Litoral Sul, não tendo sofrido grandes baixas no fluxo turístico nos difíceis anos anteriores, manteve neste período um crescimento constante, em torno de 3% ao ano.

No ano de 2001, repleto de acontecimentos nacionais e internacionais de alto impacto na propensão dos turistas em viajar (11 de setembro, crise na Argentina, baixo crescimento do PIB etc.), houve um recuo na quantidade de turistas nacionais e internacionais. Parte desse recuo se deve ao fato do ano 2000 ter apresentado fatores atípicos, como já mencionado. O gráfico a seguir ilustra a evolução do fluxo desde 1994:

Tabela 2.4 – Evolução do Fluxo Turístico – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus



Fonte: Bahiatursa
Elaboração: FGV 2004

O número de turistas cresceu a uma taxa de 6,6% ao ano, de 1994 a 2001, com um crescimento acumulado de 66%.

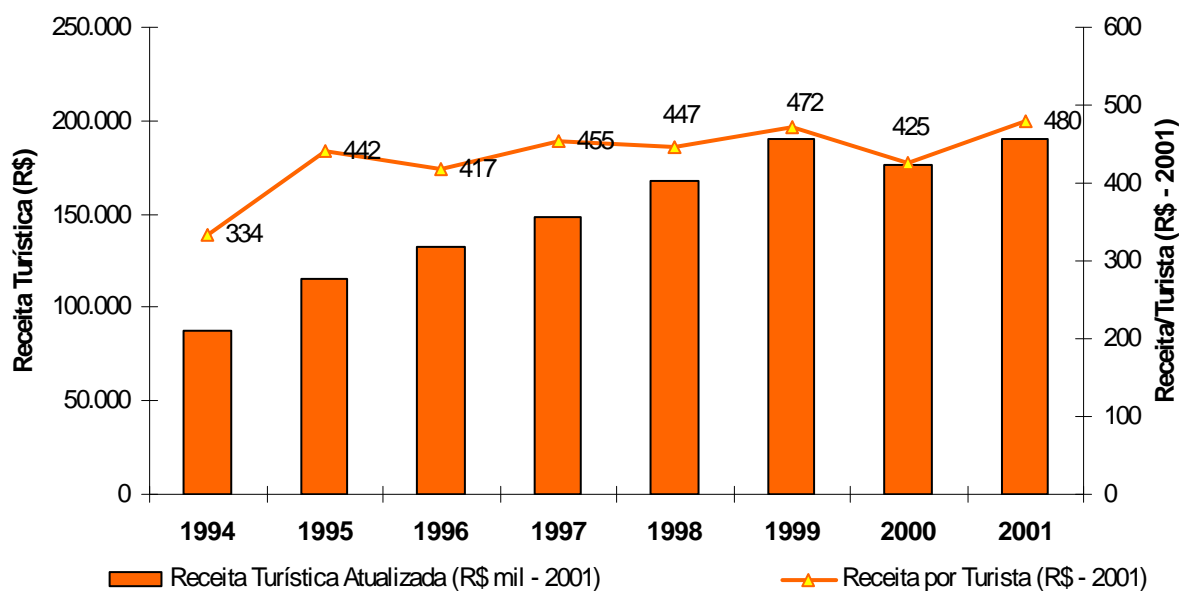
Não existem séries históricas que permitam o mesmo tipo de análise para outros destinos do Pólo Litoral Sul, mas, em linhas gerais, pode-se afirmar que o crescimento do fluxo turístico seguiu a mesma tendência.

Evolução da Receita Turística

A receita turística é avaliada em dólares americanos. Seu comportamento foi irregular, mas apresenta queda desde 1998 (em dólares). Esse período representa o momento em que o Real sofreu constante desvalorização frente ao dólar, e não considera a depreciação inflacionária da moeda americana.

O gráfico a seguir ilustra a receita turística total e a receita por turista no Pólo. O valor da receita turística total foi convertido em reais (com base na taxa média do dólar de cada ano) e atualizado a valores de dezembro de 2001 pelo IGP-M. Assim, a aparente queda na receita turística pode ser melhor analisada, e induz à conclusão de que, até 1999, a receita turística cresceu a taxas de aproximadamente 12% ao ano. A partir de então, a receita sofre pequena queda em 2000 e volta a se recuperar em 2001. No período 1994-2001, o crescimento acumulado foi de 118%.

Tabela 2.5 – Evolução da Receita Turística – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus 1994-2001



Fonte: Bahiatursa
Elaboração: FGV 2004

Percebe-se que, a partir de 1997, o valor da receita por turista, em reais de dezembro de 2001, vem mantendo-se em um patamar médio de R\$ 450,00, com exceção de 2000, onde houve uma queda significativa. Em função disso, conclui-se que a evolução da receita total vem acompanhando aproximadamente a evolução do fluxo turístico.

A análise dos anos recentes demonstra que os investimentos públicos e privados realizados na década de 90, inclusive aqueles do PRODETUR NE I, privilegiaram o incremento do fluxo turístico, em detrimento da receita. Isso é facilmente explicável pelo grande volume de investimentos em acessibilidade às destinações turísticas (Rodovia Ilhéus-Itacaré e Acesso Terminal Marítimo Bom Jardim-Aeroporto de Valença, lembrando apenas os investimentos

do PRODETUR), que consumiram 48% do total investido pelo Estado entre 1991 e 2001. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse padrão de evolução de destinos turísticos é comum. Em um primeiro momento do ciclo de desenvolvimento, há um incremento do fluxo causado por melhorias estruturais.

A partir de um certo ponto de inflexão, a estratégia de desenvolvimento dos destinos e os fatores externos determinam se o destino terá um caráter de massa, com conseqüentes baixos valores de receita por turista, ou de diferenciação do produto, baseada em características únicas intrínsecas ou desenvolvidas através da articulação entre os agentes do sistema turístico local.

Pode-se dizer que o Pólo Litoral Sul encontra-se neste ponto de inflexão, devendo privilegiar estratégias voltadas à criação e manutenção de vantagens competitivas. Nesse sentido, podem-se citar os investimentos já realizados pelo PRODETUR NE I em prol da conservação ambiental (APA's de Itacaré/Serra Grande, Lagoa Encantada, Pratigi e Maraú, além do Parque Estadual do Conduru) e saneamento. Tais investimentos garantem a unicidade e longevidade dos fatores de atratividade da região, e atraem segmentos de mercado com maior potencial de gasto.

A atração destes segmentos de mercado já pode ser observada no patamar de receita por turista atingido nos anos de 1995 e 2001, demonstrando ser factível a conquista do objetivo de obtenção de maiores gastos individuais, para que, em conjunto com a evolução esperada do fluxo turístico, obtenham-se maiores impactos econômicos da atividade turística.

Evolução do Número de UHs

Um importante indicador do crescimento da atividade turística é o incremento no número de meios de hospedagem em uma dada região. De acordo com pesquisa da Bahiatursa, o número de meios de hospedagem cresceu cerca de 14% ao ano desde 1993 no Pólo Litoral Sul. A tabela a seguir apresenta a evolução do número de UHs:

Tabela 2.6 – Evolução no número de Meios de Hospedagem (MHs), Unidades Habitacionais (UHs) e Leitos do Pólo Litoral Sul (1993-2001)

Costa do Dendê					Crescimento
	1993	1997	1999	2001	anual (%)
MHs	87	187	229	266	15,0%
UHs	931	2.053	2.707	3.324	17,2%
Leitos	2400	5.550	7.452	9.268	18,4%
UH/MH	10,7	11,0	11,8	12,5	

Costa do Cacau					Crescimento
	1993	1997	1999	2001	anual (%)
MHs	97	191	216	255	12,8%
UHs	1630	2.690	3.465	4.240	12,7%
Leitos	4041	6.959	9.921	11.755	14,3%
UH/MH	16,8	14,1	16,0	16,6	

Total Pólo Litoral Sul					Crescimento
	1993	1997	1999	2001	anual (%)
MHs	184	378	445	521	13,9%
UHs	2561	4.743	6.172	7.564	14,5%
Leitos	6441	12.509	17.373	21.023	15,9%
UH/MH	13,9	12,5	13,9	14,5	

Fonte: Bahiatursa 1993-2001
Elaboração: FGV 2003

Nota-se que o número de leitos e UHs cresceram a taxas muito semelhantes ao crescimento do número de meios de hospedagem. Logo, os empreendimentos implementados nesse período mantiveram uma mesma média de 13,7 UHs por meio de hospedagem.

Além do crescimento no número de unidades habitacionais no Pólo, deve-se destacar o grande aumento na sofisticação dos empreendimentos hoteleiros, conforme explicado no item “Investimentos Privados”, mais adiante.

Evolução do Número de Empregados em Atividades Turísticas

A seguir são apresentados dados que identificam o crescimento do pessoal empregado em atividades turísticas no Estado da Bahia. Após o pico de empregos em 1997, houve sensível diminuição em 1998, repetindo-se o fato em 1999. Entretanto, acredita-se que atualmente 5,2% da mão de obra da Bahia esteja relacionada diretamente com a atividade turística, algo em torno de 300 mil empregados.

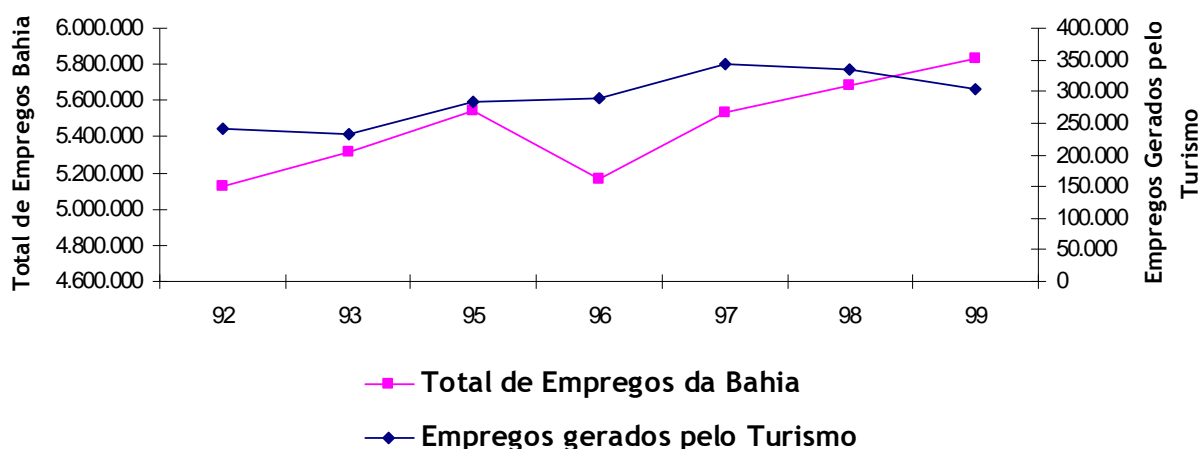
Tabela 2.7 – Evolução dos Empregos Gerados pela Atividade Turística 92/99

Ano	Empregos Gerados Pelo Turismo	Total de Empregos da Bahia	% Turismo no Total de empregos
92	241.136	5.130.553	4,7%
93	233.809	5.313.841	4,4%
95	282.831	5.545.706	5,1%
96	289.065	5.161.875	5,6%
97	343.242	5.536.161	6,2%
98	335.173	5.680.898	5,9%
99	303.393	5.834.481	5,2%
Média			5,3%

Fonte: IH 2001
Elaboração: FGV 2003

Avaliando-se o período de 1992 a 1999 nota-se que a evolução dos empregos gerados pelo turismo cresceu a taxas superiores que o total de empregos da Bahia. No período em estudo o número de empregos gerados pela atividade turística cresceu 25,8%, enquanto o total de empregos da Bahia cresceu somente 13,7% durante o mesmo período.

Tabela 2.8 - Evolução do Número de Empregados na Bahia



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2001

As estimativas realizadas para este estudo indicam que a representatividade do Pólo Litoral Sul no que concerne ao número de empregos é de aproximadamente 9% do total de empregos da Bahia, conforme apresentado na Tabela 2.9. Este valor é dado pela pesquisa do Instituto de Hospitalidade, por isso se mantém constante em todas as atividades. Através do número total de empregados em turismo na Bahia e da representatividade do Pólo Litoral Sul (9%), se estimou o número de empregados em turismo no Pólo, conforme as diversas atividades.

Tabela 2.9 - Empregos Relacionados a Atividades Turísticas na Bahia e no Pólo Litoral Sul

Ramos de Atividade	Bahia	Pólo Litoral Sul
Hospedagem	26.818	2.414
Alimentação	157.882	14.209
Lazer e Entretenimento	21.055	1.895
Agências/Operadoras	7.673	691
Tranportes	89.965	8.097
Total Turismo	303.393	27.305

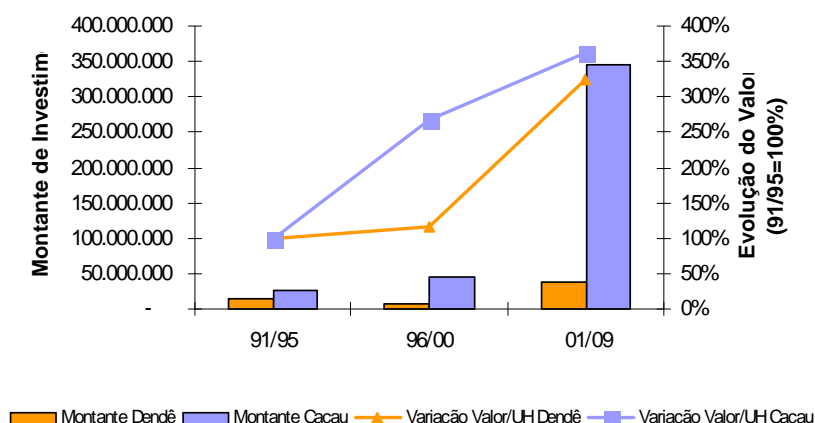
*Fonte: IH 2001
Elaboração: FGV 2003*

Investimentos Privados

A implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR BA teve início em 1991, atingindo o maior volume de investimentos entre 1995 e 1998 com o ingresso dos recursos do empréstimo contratado no âmbito do PRODETUR NE I. O gráfico a seguir ilustra o total de investimentos (concluídos, em execução e em projeto) nas duas Zonas Turísticas do Pólo e mostra a evolução do valor investido por UH ao longo do tempo.

O gráfico permite observar que o volume de investimentos privados cresceu substancialmente durante os três períodos analisados, partindo de pouco mais de US\$ 50 milhões nas duas zonas para mais de US\$ 350 milhões nos últimos investimentos realizados e nos programados. Apesar de o último período ser maior do que os demais, grande parte do montante para a Costa do Cacau neste período se refere a apenas um empreendimento, em Itacaré, no valor de US\$ 335 milhões, permitindo uma análise comparativa entre os períodos.

Tabela 2.10 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul (US\$)

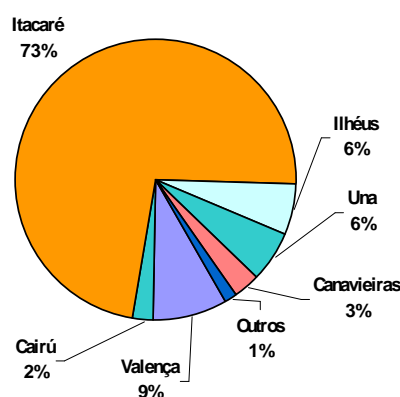


Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Além do crescimento considerável dos totais investidos em cada Zona Turística, deve-se destacar o salto de qualidade nos investimentos hoteleiros do Pólo, já que o crescimento no investimento por unidade habitacional reflete um aumento na sofisticação e na qualidade dos empreendimentos. Percebe-se que o investimento por UH vem demonstrando um crescimento de 250% ao longo do tempo, no período 1991-2009.

O gráfico a seguir mostra os municípios que mais receberam investimentos privados. A análise considera investimentos concluídos, em execução e em projeto.

Gráfico 2.1 – Municípios de acordo com o total investido (concluído, em execução e em projeto)



O município de Itacaré é o grande receptor de investimentos privados no Pólo, com quase três quartos do total investido. O município de Valença ocupa o segundo lugar, com menos

de 10% dos investimentos. É interessante notar que estes dois municípios foram também os principais beneficiados pelas intervenções do PRODETUR NE I (Rodovia Ilhéus-Itacaré, APA Itacaré-Serra Grande, SES de Itacaré e Acesso Aeroporto de Valença-Terminal Marítimo de Bom Jardim), comprovando a eficiência do Programa na alavancagem de investimentos privados.

Conclusão

As ações de intervenção no turismo no Pólo Litoral Sul, considerando as financiadas pelo PRODETUR NE I, pelo próprio Governo do Estado e por outras fontes, geraram um desenvolvimento efetivo da atividade turística na região. Este crescimento pode ser identificado, por exemplo, com o aumento no fluxo turístico, a manutenção da receita turística, o aumento do valor investido nos empreendimentos turísticos e o crescimento sistemático de meios de hospedagem no Pólo a taxas anuais de 13,5%. Além do crescimento no número de UHs e meios de hospedagem, nota-se grande disposição em se investir no Pólo Litoral Sul, com uma sofisticação crescente nos empreendimentos, já que o valor investido por UH se mostra cada vez maior.

As intervenções de grande impacto sócio-econômico e ambiental financiadas pelo PRODETUR NE I já tiveram, em sua maioria, as ações mitigadoras destes impactos. É o caso da Rodovia Ilhéus-Itacaré, que já veio acompanhada da criação e implementação da APA Itacaré-Serra Grande e do Parque Estadual do Conduru, evitando grande degradação ambiental no entorno da estrada e em função do aumento no fluxo turístico na região. Outro exemplo é a criação das APA's de Pratigi e Maraú, que já incluía um bom programa de conscientização para as pessoas e comunidades mais afetadas pelas restrições da criação da APA. Pode-se citar, ainda, que a implantação do acesso entre o aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo foi acompanhada de implantação de um Sistema de Esgotamento Sanitário em Morro de São Paulo, uma das localidades mais afetadas pela intervenção.

A prioridade das novas ações devem avaliar a complementaridade em relação aos investimentos já realizados. Nesse sentido, recomenda-se ações que não concentrem o fluxo nos destinos já beneficiados pela primeira etapa do programa, sob a pena de se acelerar o ciclo de vida destas destinações turísticas. O desenvolvimento de destinações alternativas, mas relacionadas aos destinos já consolidados pelo PRODETUR pode dar ao turista mais opções de produtos, aumentando sua permanência média; além de distribuir o fluxo, possibilitando o recebimento de mais turistas sem comprometer a capacidade de carga dos destinos e sem acelerar seu ciclo de vida.

Há uma urgente necessidade de promover um turismo que focalize a diferenciação, auferindo maior receita por turistas em detrimento do número total de visitantes. É preciso também alavancar o associativismo entre os agentes econômicos ligados às atividades turísticas, fazendo com que eles vislumbrem um objetivo comum e busquem um aumento da receita maior do que o aumento do número de turistas.

As comunidades devem ser preparadas para o advento do aumento do fluxo no que concerne à capacitação sócio-profissional, conservação ambiental, recuperação urbanística e saneamento. A participação da comunidade (sociedade civil, empresariado e lideranças

locais) na discussão dos planos e da implementação das ações deve continuar sendo estimulada, permitindo maior envolvimento desses setores no processo de desenvolvimento turístico, garantindo a valorização e o crescimento do destino.

Ainda, espera-se que a integração das Zonas Turísticas Costa do Dendê e Costa do Cacau, no denominado Pólo Litoral Sul, que tem como instância de aproximação o Conselho do Pólo, possa promover intercâmbio de experiências e reforço mútuo do espaço turístico regional, capaz de fortalecer a região e ampliar a competitividade do ponto de vista turístico.